

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
35ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO
MARCO TÚLIO MACHADO SANTOS**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992
Data da instalação: 14-5-1993
Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 21-5-2021, p. 5.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 9-7-2020

Às 8 horas do dia oito de junho de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020, na 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, nº 1.235 – 5º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz Titular da Vara, Dr. **Marco Tulio Machado Santos**; a MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. **Jéssica Grazielle Andrade Martins**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. **Ludmila Ruas Dória Rosa Castro**; os servidores Angela Maria de Andrade Caputo, Bernardo Luis Silva Tavares, Carmélia M. G. S. A Montezuma Andalécio Alves, Claudemir da Cruz Borges, Daniel Tadeu Verdolin Filho, Hugo Assis Pinheiro, Jacimar Gaudereto Vidal, Jacqueline Conceição da Silva, Lídia Angélica Almeida Lapa, Lívia Gontijo de Barros Camilo, Paula Regina da Rocha Praes e Roberta Matos de Oliveira.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 353 processos, distribuídos neste ano até o dia 31-5-2021, apurando-se a média de 3,7 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 23 cartas precatórias, dentre elas 14 executórias, até o dia 31-5-2021, das quais 16 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 641 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 156 processos foram remetidos neste ano até o dia 31-5-2021.



1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 30 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 10 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 361 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 57 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 44 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), não há processos sobrestados já julgados.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010701/19, 0010660/19, 0010477/20, 0010479/20: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

0010201/20, 0011357/17, 0011011/19, 0010338/20, 0010885/19, 0010969/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho

Belo Horizonte - 35a Vara

Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	35,97	40,12	39,98	31,22	40,92	38,66

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 31-5-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	60
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	296
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	63

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	7
--	---

Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2013	1	8
2014	2	7
2015	2	6
2016	11	5
2017	30	4
2018	14	3
2019	50	2
2020	154	1
2021 – ano de referência	155	
TOTAL	419	1,21

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de maio até o dia 3):

Processo	Tarefa
0001421-14.2013.5.03.0114	Aguardando prazo
0000482-97.2014.5.03.0114	Elaborar sentença
0001450-30.2014.5.03.0114	Aguardando audiência
0000095-48.2015.5.03.0114	Aguardando final do sobrestamento
0010910-07.2015.5.03.0114	Elaborar sentença
0010025-56.2016.5.03.0114	Aguardando audiência
0010203-05.2016.5.03.0114	Aguardando final do sobrestamento
0010511-41.2016.5.03.0114	Aguardando prazo
0011130-68.2016.5.03.0114	Elaborar sentença
0011378-34.2016.5.03.0114	Aguardando audiência
0011399-10.2016.5.03.0114	Aguardando final do sobrestamento
0011524-75.2016.5.03.0114	Aguardando prazo
0011690-10.2016.5.03.0114	Aguardando final do sobrestamento
0011702-24.2016.5.03.0114	Aguardando audiência
0011847-80.2016.5.03.0114	Elaborar sentença
0011866-86.2016.5.03.0114	Aguardando audiência
0010002-76.2017.5.03.0114	Aguardando prazo
0010033-96.2017.5.03.0114	Aguardando audiência
0010290-24.2017.5.03.0114	Aguardando audiência

0010376-92.2017.5.03.0114

Aguardando prazo

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	13
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	467

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	5
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	161

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	3
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	731

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	7
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do	63

item 90062 no final do período de referência

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 35a Vara					
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	56,99	54,91	55,97	54,88	68,46	63,13

Existem 947 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 873 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 17 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 57 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- 79 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 31/05/2021

No ano anterior, até dia 31/05/2020 - havia 970 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- 903 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 58 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 9 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de maio até o dia 31):

Processo	Tarefa
0163600-31.2009.5.03.0114	Arquivo temporário
0000696-30.2010.5.03.0114	DESPACHO
0016600-66.2005.5.03.0114	Arquivo temporário
0001350-46.2012.5.03.0114	Arquivo temporário
0002164-92.2011.5.03.0114	DESPACHO
0001796-20.2010.5.03.0114	DESPACHO



0002014-77.2012.5.03.0114	Arquivo temporário
0000185-27.2013.5.03.0114	Arquivo temporário
0001654-16.2010.5.03.0114	Arquivo temporário
0001726-66.2011.5.03.0114	Arquivo temporário
0001978-35.2012.5.03.0114	Arquivo temporário
0002007-85.2012.5.03.0114	Arquivo temporário
0002018-51.2011.5.03.0114	Arquivo temporário
0002056-29.2012.5.03.0114	Arquivo temporário
0002084-94.2012.5.03.0114	Arquivo temporário
0135200-07.2009.5.03.0114	Arquivo temporário
0000153-22.2013.5.03.0114	Arquivo temporário
0001202-35.2012.5.03.0114	Arquivo temporário
0000637-37.2013.5.03.0114	Arquivo temporário
0001627-28.2013.5.03.0114	Arquivo temporário

FASE DE EXECUÇÃO – Abril 2021

Descrição da Vara	Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Pendentes de Baixa
Belo Horizonte - 35a Vara	37	61	745

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de maio 2021 apurado até dia 31):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	19	43
Fevereiro	26	52
Março	41	79
Abril	10	49
Maio	10	49
Junho	29	
Julho	57	
Agosto	43	
Setembro	67	
Outubro	50	
Novembro	64	
Dezembro	56	

TOTAL	472	272
-------	-----	-----

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
ALINE PAULA BONNA	1		1						1					3	1	2	
ANAXIMANDRA KÁTIA ABREU OLIVEIRA				1													5
ANDRÉ BARBIERI AIDAR								42	48	13							
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES		4	40			4			2			2	3				
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA												1					
CAMILA CESAR CORREA										19							
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ						1											
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI	6																
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS				1								2					
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA				4							22	53	31	47	51		
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK							53	1									34
LILIAN PIOVESAN PONSSONI											1						
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS	6	16				24	4										
MARCO TULIO MACHADO SANTOS	6	4		4	10				16		11		12	2	27	47	9
PEDRO MALLET KNEIPP										18	3						
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO		2									22						
VITOR MARTINS POMBO																	1
Totais	19	26	41	10	10	29	57	43	67	50	64	56	43	52	79	49	49

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de maio 2021 apurado até dia 31):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	81	75
Fevereiro	99	153
Março	128	100
Abril	68	58
Maio	67	71
Junho	133	
Julho	157	
Agosto	134	
Setembro	122	
Outubro	143	
Novembro	140	
Dezembro	115	

TOTAL	1387	457
-------	------	-----

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 6-6-2021, existem 10 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	1
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	9
Tutelas Provisórias Pendentes	0
Total	10

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 8-6-2021 havia 10 processos:

- a) una por videoconferência (rito sumaríssimo):** 2 processos;
- b) inicial por videoconferência:** 2 processos;
- c) instrução por videoconferência:** 3 processos;
- d) encerramento de instrução:** 2 processos;
- e) tentativa de conciliação no conhecimento por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010344/21, 0010346/21, 0010286/21, 0010165/21, 0010341/21, 0010355/21, 0010042/21, 0010198/20, 0010635/20, 0010779/18.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 6-6-2021, 137 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 3 processos.

Exame dos autos dos processos 0010294/21, 0010334/21, 0010318/21, 0010281/21, 0010212/21, 0010145/21, 0010252/20, 0010103/21, 00102560/21, 0010295/20, 0010201/20, 0011357/17, 0011011/19, 0010338/20, 0010885/19, 0010969/19, 0010701/19, 0010660/19, 0010477/20, 0010479/20, 0010021/21, 0010029/21, 0010183/21, 0010164/21, 0010230/21, 0010243/21, 0010208/21, 0010249/21, 0010224/21, 0010276/21, 0010316/21, 0010291/21, 0010288/21, 0010303/21, 0010298/21, 0010449/20, 0010747/20, 0010242/21, 0011023/19, 0010237/20, 0010350/21, 0010761/20, 0010205/21, 0010319/21, 0010960/19, 0010781/20, 0010686/19, 0010228/21, 0010051/20, 0010188/21, 0010988/18, 0011376/17, 0010145/20, 0010417/20, 0010037/21, 0011005/16, 0010528/20, 0011005/16, 0010052/20, 0010795/19, 0010285/21, 0010309/21, 0010157/21, 0010172/21, 0010295/21, 0010279/21, 0010080/21, 0010218/21, 0010259/21, 0010255/21.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase
0001317-85.2014.5.03.0114	Cumprimento de Providências	Liquidação
0011255-70.2015.5.03.0114	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010624-58.2017.5.03.0114	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011637-92.2017.5.03.0114	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010295-75.2019.5.03.0114	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0001417-79.2010.5.03.0114	Cumprimento de Providências	Liquidação
0011311-06.2015.5.03.0114	Aguardando cumprimento de acordo	Liquidação
0002370-38.2013.5.03.0114	Aguardando apreciação pela instância superior	Liquidação
0000462-72.2015.5.03.0114	Aguardando prazo	Liquidação
0000467-65.2013.5.03.0114	Aguardando prazo	Execução

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil coletiva em tramitação.

Processo	Classe	Tarefa	Fase
0010191-54.2017.5.03.0114	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo	Liquidação

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	33	41	29
Instrução processo físico	1.810	-	-
Instrução processo eletrônico	247	186	278

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	13	Aplicou-se o art. 335 do CPC	23/06/2021 – 13 dias
Procedimento Ordinário	52	Aplicou-se o art. 335 do CPC	16/06/2021 – 9 dias
Instrução	170	73	22/11/2021 – 114 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 31-5-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	391	236

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri-

		dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	107	138

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	194	602
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	617

No ano de 2021, até o dia 31-5, com 95 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	31-5-2021	Média dia/útil
Julgados procedentes	24	0,2
Julgados procedentes em parte	75	0,7
Julgados improcedentes	49	0,5
Extintos com resolução de mérito	1	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	149	1,5
Extintos sem resolução de mérito	33	0,3
Arquivamento	30	0,3
Desistência	19	0,2

Outras decisões sem resolução de mérito	17	0,1
Total sem resolução de mérito	99	1,0
Decisões de conhecimento	248	2,6
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	70	0,7
Decisões na fase de execução	58	0,6
Total	376	3,9

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2020	Média/dia útil
Julgados procedentes	91	0,3
Julgados procedentes em parte	166	0,7
Julgados improcedentes	76	0,3
Extintos com resolução de mérito	9	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	342	1,4
Extintos sem resolução de mérito	50	0,2
Arquivamento	56	0,2
Desistência	23	0,09
Outras decisões sem exame de mérito	44	0,1
Total sem exame de mérito	173	0,7
Decisões de conhecimento	515	2,1
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	164	0,6

Decisões na fase de execução	140	0,5
Total	819	3,4

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em maio de 2021, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	19	0,9
Conciliação em execução	8	0,3
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	6	0,2
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	33	1,5
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	63	3
Una/Una (rito sumaríssimo)	45	2,1
Total	168	8

No mês de maio de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 35 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, execução e liquidação no mês de maio 2021 apurado até dia 31:

Fase	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Janeiro	15	10	1	1	1	5
Fevereiro	40	36	4	5	5	2
Março	14	46	1	3	1	1
Abril	2	26		3		

Maio	10	36	1	3	4	2
Junho	10		4		4	
Julho	21		4		5	
Agosto	24		6		1	
Setembro	18		3		2	
Outubro	26		3			
Novembro	36		4		3	
Dezembro	32		2		3	
TOTAL	248	154	33	15	29	10

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
ALINE PAULA BONNA																	4
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS																2	
ANDRÉ BARBIERI AIDAR							31	15	4								
ANDRÉ VITOR ARAUJO CHAVES		5	14														
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS													1				
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA										3							
CAMILA CESAR CORREA		4							10								
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ						2											
ERICA APARECIDA PIRES BESSA																	1
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		2	1								1		1				
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI	3																
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS				1		2	1			7							1
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANT'ANA										11	36	12	41	38			
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK							29										30
JESSICA GRAZIELLE ANDRADE MARTINS																	1
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	3	5															
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS	9	24				14											
MARCO TULIO MACHADO SANTOS	2	4	1	1	15			8		4		4		12	27	2	
PEDRO MALLET KNEIPP									14								
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO		5							1	18							
VITOR MARTINS POMBO																	2
Totais	17	49	16	2	15	18	30	31	23	29	43	37	16	43	50	29	41

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de maio 2021 apurado até dia 31):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	67	50
Fevereiro	140	134
Março	79	173
Abril	1	137
Maio	2	171
Junho	36	
Julho	65	



Outubro	80	
Novembro	78	
Dezembro	77	
TOTAL	749	398

CAMILA CESAR CORREA		4							20	1							
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ						1											
CRISTINA ADELAIDE CUSTODIO										1							
ERICA MARTINS JUDICE			1														
FABIANA MARIA SOARES			1														
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI	6																
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS			3							7							
HAYDEE PRISCILA PINTO COELHO DE SANTANA			6							14	64	31	76	84	16		
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK						50	3										58
JESSER GONCALVES PACHECO																1	
JESSICA GRAZIELLE ANDRADE MARTINS																	2
JUNE BAYAO GOMES GUERRA												1					
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1									3							
LUCIANA JACOB MONTEIRO DE CASTRO												1					
MANUELA DUARTE BOSON SANTOS	19	56	6			39	8										
MARCO TULIO MACHADO SANTOS	20	35	24	8	27	1		12	8	10	2	10		24	80	7	
PEDRO MALLETT KNEIPP									24	2	6	1					
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO		4	3						2	34	5						
VITOR MARTINS POMBO																	4
Totais	46	105	89	40	27	41	59	55	52	80	78	77	43	76	108	97	74

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de maio 2021 apurado até dia 31):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	1050	1309
Fevereiro	1348	1650
Março	1367	2127
Abril	513	1699
Maio	1291	1920
Junho	1663	
Julho	1844	
Agosto	1646	
Setembro	1586	
Outubro	1822	
Novembro	1732	
Dezembro	1241	
TOTAL	17103	8705

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-

feira a sexta-feira, a partir das 8h30min e/ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 50 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 31-5
Processos recebidos	1.006	777	353
Média por dia útil	4,4	3,3	3,7
Processos remanescentes do ano anterior	640	431	427
Sentenças anuladas	47	12	3
Total de processos para solução	1.693	1.220	783
Processos solucionados	1.307	749	398
Processos conciliados	375	234	150
Produtividade	77,2%	61,39%	50,83%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 22,7% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 15,8%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução GP n. 194, de 20 de dezembro de 2021.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 31-5-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	150
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	398

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	398
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	356

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	164
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	214

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 31-5-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	480
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	412

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	734
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	268

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 31-5-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	412
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	268
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	13

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	480
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	734
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de	13

	outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	
--	---	--

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 35a Vara				
Indicadores / Período de referência	Ano 2020	1º trim 2021	2º trim 2021	3º trim 2021	4º trim 2021	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/04/2021 a 31/03/2021	01/07/2021 a 30/06/2021	01/10/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 31/12/2021	
		1	1	1	1	
I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,83	1,37				
I02 - Pendentes	1.530	1.462				
I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00				
I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	185,21	198,48				
I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	185,08	190,94				
I06 - Prazo médio na execução (em dias)	504,75	550,71				
I07 - Taxa de conciliação (%)	31,24	35,46				
I08 - Taxa de solução (%)	94,93	94,97				
I13 - Taxa de execução (%)	77,03	91,17				
I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	40,92	38,66				
I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	68,46	63,13				
I11 - Produtividade por servidor	88,54	97,08				
I12 - Pendentes por servidor	103,38	98,23				

Meso	Acervo	0,35	0,35			
	Celeridade	0,40	0,45			
	Produtividade	0,59	0,53			
	Congestionamento processual	0,56	0,50			
	Força de trabalho	0,53	0,50			
Macro	IGEST	0,4861	0,4650			
Posição IGEST		107	88			
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500			

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$2.013.844,3	R\$854.776,32	R\$12.969.889,94

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/ 2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 106,64% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,86%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 89,2% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 80,92% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 81,94%.

Em 2020 a Meta “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 91,63%, de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 98,21%.

Meta 3 CNJ/ - 2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 109,26% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 117,72%%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 84,84% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 104,01%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ – 2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 47,18% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 55,05%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 70,98% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 71,50%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 80,97%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Meta 11 CNJ 2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

Em 8-6-2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet, esta unidade organizacional não possui processos migráveis.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 253 dias, sendo de 190 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 185 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 5) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 6) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;



7) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

8) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 2 CNJ/2021**: Julgar processos mais antigos - Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus; **Meta 3 CNJ/2021**: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%;

9) envidados esforços para reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%;

10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bb?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

12) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

13) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a

critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

14) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprezada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”



Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h30min do dia oito de junho de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 83/2021, publicado no DJe 21-5-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

MARISTELA IRIS DA SILVA MALHEIROS:30831806 Assinado de forma digital por MARISTELA IRIS DA SILVA MALHEIROS:30831806

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138 Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138 Dados: 2021.06.14 08:12:33 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria